



ESTUDAR E TRABALHAR

Um olhar qualitativo sobre uma complexa combinação nas trajetórias juvenis

<http://dx.doi.org/10.25091/s01013300202000030004>

HELENA WENDEL ABRAMO*

GUSTAVO VENTURI**

MARIA CARLA CORROCHANO***

RESUMO

Este artigo analisa diferentes modos de viver e significar a experiência simultânea de estudar e trabalhar, emblemática da condição juvenil no Brasil. Partindo de estudos sobre os nexos entre escola e trabalho, apresenta dados de pesquisa qualitativa realizada com 32 jovens de camadas populares da Região Metropolitana de São Paulo. Os resultados evidenciam múltiplos e complexos fatores envolvidos nessa combinação, destacando-se diferenças em relação ao momento da vida juvenil e à etapa da escolarização.

PALAVRAS-CHAVE: *jovens; educação; trabalho; transição escola-trabalho; políticas públicas*

Studying and Working: A Qualitative View of a Complex Combination in Youth Trajectories

ABSTRACT

This article analyzes different ways Brazilian students experience their condition of studying and working simultaneously, an emblematic situation among youth in Brazil. Based on studies on the connections between school and work, it presents data from a qualitative research carried out with 32 young people from low-income groups in the Metropolitan Area of São Paulo. The results show multiple and complex factors involved in this combination, stressing variations such as the stage of life and schooling.

KEYWORDS: *youth; education; work; school-work transition; public policies*

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, a situação de jovens que não estudam, não trabalham nem procuram trabalho ganhou visibilidade e passou a ser tematizada tanto na esfera pública nacional quanto na internacional. Registrada em índices crescentes, a situação foi avaliada na Agenda 2030 do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud, 2015) como o principal indicador de exclusão e tema a ser priorizado pelos esforços de resolução pública. Contudo,

[*] Secretaria de Cultura do Município de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil. E-mail: hwabramo@yahoo.com.br

[**] Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil. E-mail: gventuri@usp.br

[***] Universidade Federal de São Carlos, Sorocaba, SP, Brasil. E-mail: carla.corrochano@gmail.com

essa situação não esgota nem condensa as questões enfrentadas pelos jovens. A expressiva ampliação do acesso ao ensino médio e à educação superior ocorrida no Brasil nas últimas décadas, especialmente de jovens cujas famílias foram outrora alijadas dessa possibilidade — sobretudo os pobres e negros —, e a manutenção da participação dos jovens no mundo do trabalho tornam importante o olhar para outra situação obscurecida no debate atual: a sobreposição de atividades, ou seja, a situação de *estudar e trabalhar ao mesmo tempo*, que também caracteriza a transição dos jovens brasileiros para a vida adulta. É sobre essa realidade, *emblemática das especificidades das trajetórias juvenis no país*, que este artigo se debruça.

Os dados que servem de base para as reflexões aqui produzidas foram obtidos em uma pesquisa qualitativa realizada em 2015 como parte do projeto Transição Escola-Trabalho (TET), desenvolvido em um contexto de cooperação entre a Organização Internacional do Trabalho (OIT), governo federal e pesquisadores filiados a diferentes instituições, com a perspectiva de aprofundar a compreensão sobre os desafios que se impõem aos jovens no processo de transição e contribuir para a elaboração de políticas públicas. A primeira etapa consistiu em uma pesquisa quantitativa¹ em que se aplicou um modelo definido em âmbito internacional, mas cujos resultados apontaram especificidades do caso brasileiro (Venturi; Torini, 2014). Isso provocou a realização de dois outros estudos para aprofundar a compreensão sobre a diversidade da composição das trajetórias juvenis no Brasil, agregando a dimensão da vida familiar às da escola e do trabalho. O primeiro, uma análise longitudinal dos eventos vividos pelos entrevistados na multiplicidade de seus percursos, na perspectiva de identificar padrões de transição dos jovens brasileiros, tem seus resultados apresentados em artigo de Guimarães, Brito e Comin que também compõe este dossiê. O segundo estudo, de caráter qualitativo, levanta as percepções dos jovens sobre seus percursos. Este último fornece o material empírico para este artigo.

A seleção dos jovens para esse desdobramento qualitativo foi feita a partir do banco de dados do módulo quantitativo, privilegiando quatro perfis dentre os seis padrões de transição encontrados no estudo longitudinal: adolescentes entre 15 e 19 anos, em processo de formação e ainda não disponíveis para trabalhar; jovens de até 24 anos recém-chegados ao mercado de trabalho; jovens em trânsito para assalariamento na faixa entre 18 e 24 anos; jovens adultos com longa inserção no mercado laboral e maior risco de desemprego. Para a composição da amostra, foram consideradas as variáveis sexo, cor e idade. Por razões operacionais relativas a tempo e recursos, definiu-se que o universo dessa fase ficaria restrito aos residentes na Região Metropolitana de São Paulo. Entre outubro e novembro

[1] Pesquisa realizada em maio de 2013, em que foram entrevistados 3.288 jovens entre 15 e 29 anos, em 160 municípios de todas as regiões do país, como parte integrante do projeto internacional Work4Youth, uma parceria entre a OIT e a Fundação MasterCard abrangendo 28 países. Resultados publicados por Venturi e Torini (2014).

de 2015, foram realizadas 32 entrevistas de caráter semiestruturado, presenciais e gravadas, nos locais de moradia dos jovens, com um roteiro direcionado para levantar retrospectivamente seus percursos na vida familiar, escolar e laboral, examinando mais detidamente os pontos de inflexão em cada um deles.

Os resultados nos permitem explorar as diferentes combinações entre os eventos nas vidas desses e dessas jovens e como elas afetam suas trajetórias, bem como as estratégias que eles e elas constroem para vivê-las e como perscrutam, almejam e projetam as próximas etapas. Também emergem desses resultados sinalizações sobre os suportes e as políticas que podem se revelar significativos para evitar interrupções ou prejuízos para os percursos de formação educacional e inclusão laboral dos jovens.

COMBINAÇÕES ENTRE ESCOLA E TRABALHO NO BRASIL: O QUE HÁ DE NOVO?

Considerando o fenômeno da transição para a vida adulta, o sociólogo português José Machado Pais já apontava, no início dos anos 1990, em artigo que se tornou uma das referências fundamentais para o campo de estudos da juventude (Pais, 1990), os limites das perspectivas que observavam esse processo como uma sequência linear e sucessiva de saída da escola em direção ao mundo do trabalho. De lá para cá, uma vasta literatura passa a reconhecer que a inserção dos jovens no mundo do trabalho e seus elos com outras dimensões tradicionais de transição para a vida adulta — tais como a conclusão da escolarização básica, a saída da casa dos pais, a constituição de uma nova família e o nascimento do primeiro filho — são processos sociais, variando de acordo com momentos históricos, contextos sociais, modos de inserção dos sujeitos na estrutura social e também com as políticas públicas existentes (ou não) para lidar com a diversidade dos trajetos (Van de Velde, 2004; Camarano, 2006; Guimarães; Marteleto; Brito, 2016; Miranda; Corica, 2018). Vida familiar, vida escolar e vida profissional apresentam-se de maneira combinada nas diferentes trajetórias juvenis, e os pontos de inflexão em uma ou em outra dimensão podem influenciar todas as demais, virando e revirando rumos.

Enquanto o foco de parte do questionamento das perspectivas que centralizavam a análise da transição escola-trabalho esteve, no contexto europeu, em seus limites para incorporação de outras dimensões da vida ou considerar essa transição uma passagem progressiva e lenta em direção à vida adulta, no Brasil e em outros países da América Latina esteve nos próprios nexos entre o sistema educacional e o mercado de trabalho, aqui marcados pelo ingresso precoce de jovens no trabalho, por vezes ilegal, e pelos impactos dessa inserção precoce sobre a vida escolar dos jovens. Já nos anos 1980, Felícia Madeira (1986) reco-

nhacia o lugar e a importância do trabalho entre os jovens brasileiros, inclusive para a constituição de uma identidade juvenil.

O debate sobre as trajetórias juvenis, no entanto, toma maior corpo no país tendo como pano de fundo as significativas transformações na situação ocupacional dos jovens ocorridas após os anos 2000, marcados pela crescente ampliação da inclusão educacional, por movimentos pendulares de absorção e exclusão dos jovens do mercado de trabalho e pelo dimensionamento estatístico dessas situações. Importante publicação do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Camarano, 2006) investiga a evolução dos padrões de transição juvenil no Brasil entre os anos 1980 e 2000, sugerindo que os modelos lineares de transição se tornam cada vez mais inapropriados e que aqui, mais que um “prolongamento”, observa-se uma multiplicidade de modos de transição, profundamente condicionados pelas desigualdades de renda, gênero, étnico-raciais e de situação familiar. De acordo com este e outros estudos, no Brasil, o aumento da escolaridade implica o afastamento de crianças do mundo do trabalho, mas isso não ocorre da mesma maneira entre os jovens, sobretudo após os 18 anos e/ou o término da educação básica. Mesmo diante da extensão da permanência dos jovens brasileiros na escola há algumas décadas, para uma parcela significativa da juventude escola e trabalho se configuram não como etapas sucessivas, mas concomitantes (Camarano, 2006).

Aprofunda-se a perspectiva multidimensional, que examina o entrecruzamento dos percursos desenvolvidos pelos jovens (educacional, laboral, familiar) para produzir uma compreensão mais integrada dos problemas vividos por eles. Tanto as pesquisas quanto o debate em torno da construção das políticas públicas dirigidas ao público juvenil contribuem para fortalecer a importância de considerar as situações de atividade (estudar, trabalhar ou procurar emprego, ou a busca de trabalho), especificando as inflexões nos percursos ao longo do período representado pela etapa juvenil, diferenciando as idades em que ocorrem para compreender seus efeitos e significados.

Esses estudos evidenciam outras dimensões da não linearidade já desvelada desde os anos 1990: uma dinâmica intermitente e reversível pode ser observada não apenas nos percursos escolares e laborais, mas também nas diferentes combinações de percursos. Nem a dupla inatividade nem a sobreposição de atividades podem ser tomadas como situações estanques, patamares que representam pontos de partida fixos ou de chegada definitivos, e que assinalem um estado a partir do qual se pode dividir os jovens em categorias absolutas. A perspectiva da trajetória contribui para iluminar que ambas as situações são fruto do cruzamento de percursos que compõem situações cambiantes,

construídas a partir de possibilidades e obliterações advindas de cada uma das dimensões que compõem a vida dos jovens: a escola, o trabalho e a vida familiar, todas afetadas pela conjuntura econômica e política em que se desenvolvem.

Pode-se dizer que existe no Brasil uma tradição de estudos sobre a situação de trabalhar e estudar desde a década de 1980, quando, em virtude do processo de ampliação das oportunidades na escola pública, cresceu a presença de estudantes das camadas populares, em especial na escola noturna. Nesse contexto, a produção teórica do campo da educação começa a refletir sobre as condições dos estudantes para além do espaço escolar, incorporando, fundamentalmente, a dimensão do trabalho nas análises sobre a escola, especialmente de nível médio, mas também de nível superior. As categorias de estudante trabalhador e trabalhador estudante passam, assim, a ganhar presença nos estudos (Corrochano; Nakano, 2002).

Na última década, ao menos duas novidades foram tematizadas por algumas pesquisas, considerando os nexos entre estudo e trabalho: o aumento da frequência exclusiva à escola entre jovens adolescentes de 15 a 17 anos, mesmo entre aqueles oriundos das camadas populares (Peregrino, 2009; Sposito; Santos; Silva, 2018), e um maior contingente de jovens e adultos trabalhadores na educação superior, em consequência da ampliação do acesso a esse nível de ensino (Comin; Barbosa, 2011). A despeito dos avanços apontados no primeiro caso, persiste um contingente de jovens adolescentes que combina estudo e trabalho, e várias análises destacam em que medida sua situação permanece pouco visibilizada pela escola e pelas políticas educacionais de maneira mais ampla (Franzói *et al.*, 2019). Em relação à educação superior, o olhar da literatura para os desafios da combinação entre trabalho e estudos nesse nível de ensino, bem como para a necessidade de ações públicas dirigidas a jovens nesse campo, ainda é pouco presente (Vargas; Paula, 2013; Niquini *et al.*, 2015).

A análise de dados aqui realizada pretende estabelecer relações entre estudo e trabalho, o momento da trajetória juvenil e essas diferentes etapas da escolarização. Mais que uma “categoria”, trabalhar e estudar configura uma “situação”, que pode ser mais breve ou mais extensa e voltar a ocorrer mais de uma vez ao longo das trajetórias juvenis. Assim, não se trata de propor uma classificação dessa situação como uma “etapa intermediária” entre a situação de “só estudar” e a de “só trabalhar”, numa perspectiva da “transição escola-trabalho”, nem de argumentar que tal sobreposição caracteriza um ou outro padrão de transição. As situações de sobreposição entre trabalho e estudo podem ocorrer em diferentes momentos das trajetórias dos jovens e em diferentes padrões de transição.

OS JOVENS ENTREVISTADOS

Considerando o perfil geral dos 32 jovens entrevistados, todos tinham uma situação socioeconômica similar, dada a escolha em focalizar, na pesquisa qualitativa, aqueles pertencentes a famílias de baixa renda. Houve uma distribuição equivalente entre homens e mulheres — 16 de cada gênero — e quase equivalente por cor/raça: 17 jovens que se autocalificaram como negros (pardos e pretos) e 15 como brancos. Em relação aos grupos etários, seis entrevistados tinham idade entre 15 e 17 anos, 13 entre 18 e 24 anos e 13 entre 25 e 29 anos. A maioria era solteira e morava com os pais; entre os casados e/ou com filhos, havia mais jovens mulheres que jovens homens.

O ensino médio (EM) faz parte da experiência concreta de nossos entrevistados, e o ensino superior (ES) entrou fortemente em suas perspectivas. Em nossa amostra, apenas três jovens não haviam chegado ao EM: 2 porque abandonaram a escola ainda no ensino fundamental (EF), outro porque, aos 17 anos, estava bastante defasado, cursando o 8º ano do EF; 7 estavam cursando essa etapa de ensino; 22 já haviam concluído e, desses, 13 chegaram ao ES.

Isso não significa, contudo, que o trabalho deixe de fazer parte da vivência juvenil. A faixa de idade mais frequente para o início do trabalho, nessa geração de jovens nascidos após os anos 2000, ainda está na adolescência. Isso também aparece nos resultados de nossa pesquisa: nos relatos dos entrevistados, vemos uma busca de inserção no mercado de trabalho a partir dos 16 anos — a idade mínima estabelecida em lei —, seja na forma da iniciação laboral, seja na forma de substituição de bicos precários por um “emprego fixo”.² Há, por outro lado, uma parcela também significativa de jovens que esperam terminar o ensino médio para começar a trabalhar, na maior parte das vezes em concomitância com o ingresso em etapas posteriores de ensino (ensino técnico e profissional, superior ou preparatório para o superior).

Queremos ressaltar que muitos jovens vivem, em algum momento de suas trajetórias, a experiência de trabalhar e estudar ao mesmo tempo. Em nossa pesquisa, 27 dos 32 entrevistados viviam ou tinham vivido tal experiência. Os que nunca haviam passado por tal situação eram aqueles adolescentes que só estudavam e nunca tinham trabalhado (cinco jovens) ou os que terminaram ou abandonaram a escola antes de começar a trabalhar (dois jovens).

Contudo, a sobreposição das atividades de estudo e trabalho pode significar experiências muito diversas. Suas consequências são distintas, conforme as condições sociais e econômicas das famílias dos jovens, mas também em função da idade e do momento do percurso escolar em que ocorrem: na adolescência, durante o ensino básico;

[2] É preciso dizer que cinco dos entrevistados haviam tido experiências de trabalho ainda antes dos 12 anos de idade e outros dez entre os 12 e os 16 anos, em atividades que envolvem desde bicos esporádicos de caráter leve e auxiliar a membros da família até trabalhos precários pesados e de jornada extensa, revelando a persistência do trabalho infantil no país. Dados os limites deste artigo e a complexidade do tema, essas experiências não serão aqui tratadas.

após os 18 anos, juntamente com o ensino superior; ou ainda no intervalo entre essas etapas de ensino, em paralelo com cursos técnicos ou de preparação para o vestibular.

A análise dos dados privilegiou essas variáveis que apareceram com mais força nos relatos sobre os sentidos e as dificuldades em realizar a combinação estudo e trabalho: as diferentes fases da vida juvenil, compostas pela idade e pelo momento do ciclo familiar, em cruzamento com as etapas da escolarização (Lima; Prates, 2015).³ Há, assim, os adolescentes que combinam o trabalho com o ensino médio; os jovens maiores de 18 anos que combinam trabalho com educação superior ou tecnológica; e, ainda, uma situação cada vez mais relevante, a dos que, já terminado o ensino médio, trabalham enquanto se preparam para dar continuidade aos estudos de nível superior. Muitos deles viveram mais de uma vez a situação de sobreposição entre trabalho e estudo, em diferentes fases de sua juventude, por isso seus nomes⁴ serão mencionados em mais de um dos itens a seguir. Interessou-nos, sobretudo, levantar como essa sobreposição de atividades aparece em suas narrativas, identificando as dificuldades que se apresentam e os suportes acionados para viver essa situação.

ESTUDAR E TRABALHAR NA ADOLESCÊNCIA DURANTE O ENSINO MÉDIO

Entre os que começaram a trabalhar após os 16 anos e aqueles que já vinham trabalhando desde o início da adolescência, pudemos recolher as experiências de quinze entrevistados que vivem ou já viveram a sobreposição do trabalho com o ensino médio.

Os motivos pelos quais se engajam no trabalho ainda adolescentes são variados, mas em seus relatos sobressaem alguns termos comuns. Quando a iniciação no trabalho ocorre no começo da adolescência, em geral é possível perceber a prevalência de uma situação familiar crítica, do “aperto” econômico e da escassez de recursos como uma dimensão estrutural, acentuada por um evento agravador, como o desemprego de um dos progenitores, a separação do casal e a saída de casa de um deles, a doença, a morte ou, ainda, a desestruturação emocional de um membro importante da família, que acaba por afetar a capacidade de trabalho dos adultos. Na rememoração dos jovens entrevistados, o sentido desse trabalho inicial na adolescência é o de “ajudar a mãe”, ganhar algum dinheiro “para ter minhas coisinhas”, uma maneira de expressar como assumem parte da responsabilidade pelo orçamento familiar, mesmo que seja apenas com gastos pessoais, o que reitera achados de outras pesquisas (Tartuce, 2010; Corrochano, 2012).

Nota-se que, entre os motivos relatados pelos que iniciam sua vida laboral depois dos 16 anos, cresce a importância da colaboração mais definida para o orçamento familiar, como a responsabilização

[3] Sabemos que as desigualdades raciais constituem um desafio persistente no Brasil e se pronunciam de maneira intensa na situação vivida pelos jovens negros brasileiros tanto na educação quanto no mercado de trabalho (Lima, 2015). Em nossa amostra, essas desvantagens se revelam no fato de que, entre os dez entrevistados que puderam se dedicar apenas aos estudos até terminar o ensino médio, oito são brancos e apenas dois são negros. Contudo, com relação à situação foco desta análise, a de estudo concomitante ao trabalho, a desigualdade não se manifesta tão claramente entre nossos entrevistados: pudemos perceber uma maior vivência de negros na situação de combinação do trabalho com o ensino médio, mas, nas etapas seguintes, a experiência da sobreposição entre trabalho e estudos é generalizada e incide tanto sobre brancos como negros. O aprofundamento da análise da situação de combinação entre trabalho e estudos a partir das desigualdades de cor/raça, bem como das possíveis diferenças de percepções entre jovens brancos e negros, mereceria aprofundamento que não foi possível realizar, considerando os limites e o escopo deste artigo.

[4] Ressaltamos que todos os nomes aqui mencionados são fictícios.

por algumas contas ou boletos (luz, água, telefonia).⁵ Também ganha importância, porém, a ideia de aquisição de experiência, que eles sabem que será exigida como qualificação para a obtenção de empregos futuros. Há ainda aqueles para quem a necessidade de começar a trabalhar, ou de modificar a natureza e a intensidade do trabalho, teria se originado do casamento ou da paternidade/maternidade.

Embora a grande maioria busque uma inserção formal, nem todos a encontram. Assim, o “primeiro emprego” desses adolescentes pode tomar formas muito variadas, do trabalho mais precário e intensivo a certos tipos de trabalho protegido. Entre nossos entrevistados, envolveram: contrato de aprendizagem no administrativo de uma instituição financeira, estágio de 6 horas em instituição pública, assalariado registrado em uma rede de *fast-food* ou em uma metalúrgica de bairro, emprego informal como ajudante de cozinha ou como vendedora de pequena loja de roupas. Outros, enquanto não encontram emprego fixo, continuam fazendo bicos de intensidade variada, como distribuição de panfletos em faróis.

As avaliações dos jovens sobre a experiência de trabalhar e simultaneamente estudar são também desiguais. Alguns dizem que “foi tranquilo”, “deu para conciliar”, “não prejudicou em nada”, reiterando a ideia corrente nas famílias de que o trabalho pode ser exercido “desde que não atrapalhe os estudos”; outros assinalam o cansaço, as dificuldades ou mesmo a impossibilidade de conciliar as duas atividades. É importante notar que muitas vezes as avaliações parecem contraditórias com os eventos e, não raro, plenas de ambiguidades, revelando que as experiências podem ter múltiplos significados.

O impacto da sobreposição do trabalho ao estudo na vida desses jovens também é variado. A partir dos relatos feitos nas entrevistas, podemos inferir que ao menos metade dos que viveram essa experiência no ensino médio tiveram problemas escolares, representados por reprovações, diminuição do aproveitamento e do rendimento escolar, ou mesmo interrupções conjunturais no vínculo com a escola. Vale a pena reparar, porém, que não temos o registro de nenhum caso de abandono definitivo dos estudos, como ocorreu entre os que viveram a experiência do trabalho infantil. Todos concluíram ou estão para concluir o ensino médio, mesmo que tenha sido por meio da modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Procuramos observar de que modo os problemas nos percursos escolares estiveram relacionados à atividade laboral dos entrevistados, e ficou evidente uma relação com as condições do trabalho, principalmente a extensão e o formato da jornada, assim como a precariedade em que ele é exercido. Quem mais relata problemas de reprovação e interrupção são os jovens que enfrentaram jornadas diárias intensas e/ou sem limites claros, ou ainda aqueles que precisavam cumprir

[5] Pesquisa nacional realizada em 2013 mostra que os jovens com mais de 18 anos se veem, depois do principal responsável, como a pessoa que mais ajuda na renda familiar. Ver: Abramo (2016).

horas extras recorrentemente. Foi o caso de uma jovem que começou a trabalhar enquanto cursava o 3º ano do ensino médio, aos 17 anos, depois que se casou, para “ajudar o marido a pagar as contas”. Ela foi trabalhar como ajudante de cozinha, com a sogra, em um emprego não registrado; a jornada não tinha limite fixo, o que não lhe permitia frequentar a escola em qualquer dos turnos; depois de inúmeras faltas, abandonou os estudos. Em seguida, desentendeu-se com o patrão e parou também de trabalhar (Silvana, 17 anos, parda, casada, 3º ano do EM interrompido no ano da entrevista).

Um adolescente que trabalhava em situação precária em uma lavanderia, embora seja um dos que disseram que “deu para conciliar”, nos conta que o aumento do volume de trabalho, principalmente pelas horas extras exigidas no fim do ano (“que aparece muita encomenda, [pois] ocorrem muitas festas”), o fez ser reprovado duas vezes por faltas e pela dificuldade de se dedicar às provas (“faltei muito [por causa do] trabalho, aí nisso, aí eu fui reprovado por causa disso, porque o quarto bimestre na escola é fundamental, porque é onde você finaliza”) (Leopoldo, 16 anos, pardo, cursando 1º ano do EM).

Outros, com jornada parcial, em situação mais protegida, apesar do cansaço e de suas reverberações sobre o aproveitamento escolar, conseguem concluir o percurso sem grandes intercorrências. Esse é o caso de Artur, que aos 16 anos trabalhou como aprendiz (“tudo direitinho”, ou seja, registrado, com todos os direitos) e depois foi contratado pela empresa, onde trabalha até hoje. Apesar de apontar as dificuldades para fazer as duas coisas paralelamente, valoriza muito essa experiência e afirma sua importância tanto para sua carreira profissional como para sua formação, especialmente no sentido de “construir uma postura” no trabalho e na escola (Artur, 27 anos, pardo, ES completo, trabalho assalariado de longa duração).

Contudo, os problemas trazidos pelo cansaço, somados aos decorrentes da mudança para o turno escolar noturno (que muitas vezes é o que possibilita dedicar-se à atividade laboral durante o ensino médio), resultam em perda de aproveitamento no aprendizado. Isso fica evidente no depoimento de Vanessa, que aos 15 anos começa a trabalhar como balconista em uma loja:

Foi cansativo mesmo, foi quando eu fui balconista. Foi o meu primeiro emprego, eu fiquei cinco anos lá. Era o dia inteiro em pé, ia pra lá e pra cá e depois ia pra escola, então era muito puxado. Não que eu não gostei, foi um grande aprendizado na minha vida, mas era mais exaustivo [...]. Mas uma coisa que me incomodou foi quando eu mudei pra noite. Você sente a defasagem do estudo. Eu sempre estudei em casa, eu sempre fiz essa parte. E também era exaustivo [...] o tempo que eu tinha pra estudar [...] era aquelas duas horinhas que eu tinha depois do serviço até a escola. Chegava em casa meia-

-noite, chegava em casa e queria dormir. Aí começava de novo, trabalhava sábado. (Vanessa, 29 anos, parda, ES completo, trabalho assalariado de longa duração.)

É possível reinterpretar, assim, as respostas afirmativas à pergunta feita na entrevista sobre a possibilidade de conciliar a escola com o trabalho: elas podem significar, simplesmente, que o trabalho não levou os entrevistados a abandonarem a escola, que, apesar das dificuldades, eles conseguiram seguir em frente e concluir os estudos, e não que não enfrentaram dificuldades.

Nesse exame das trajetórias dos jovens, verificamos a ocorrência de outros fatores que interferiram negativamente nos percursos escolares e se somaram à já difícil combinação entre estudo e trabalho. São fatores quase sempre ligados a eventos e situações nos percursos familiares, sobretudo quando um peso grande de responsabilidades domésticas recai sobre os adolescentes. Entre nossas entrevistadas, duas moças que engravidaram ao fim do ensino médio não interromperam o trabalho nem os estudos, conseguindo se formar, com apoio dos professores. Embora não tenham deixado de concluir essa etapa de ensino, o cuidado com os filhos pequenos limitou sua inserção laboral a empregos precários e adiou ou modificou a continuidade de seus estudos de nível superior.

Estudava. De manhã eu estudava e ia trabalhar à tarde. Meio período, de duas às oito. Ah, como eu já estava já no segundo ano, até que foi fácil, mas no terceiro ano já foi difícil, porque era a gestação e escola e trabalho. Fiquei grávida. Fazia os três juntos. No último ano eu faltei bastante na escola, mas fiz o trabalho, fazia os trabalhos, [...] consegui passar. [...] É, tirou bastante oportunidade que eu tive, porque agora eu tenho que cuidar deles, e trabalhar para cuidar deles. [...] quando meu filho tiver... Porque o meu filho tem um aninho agora, né? Então, espero que chamem ele para a escola, para a creche, para mim fazer [um curso técnico ou superior]. (Marta, 22 anos, casada, com dois filhos, EM completo, trabalho em tempo parcial.)

Há, porém, outro elemento menos visível e para o qual há menor número de respostas, embora presentes na literatura acadêmica sobre o tema (Artes; Carvalho, 2010): a carga de trabalho associada às tarefas domésticas e principalmente ao cuidado com crianças pequenas, que em geral é assumido pelas meninas e moças, muitas vezes para possibilitar que a mãe delas, provedora principal da família, possa cumprir a jornada integral de trabalho remunerado. Essas atividades são, em vários casos, nomeadas como ajuda, à semelhança do que observaram Guimarães e Vieira (2020) ao analisar o que tomam como outro circuito do cuidado: o cuidado como ajuda, observado especialmente em

contextos sociais de pobreza, havendo raras iniciativas de políticas públicas dirigidas a essa dimensão.

Entre nossas entrevistadas, encontramos três que apresentam a necessidade de “ajudar” como uma das razões para a interrupção dos estudos. O relato de uma delas é eloquente no desnudamento da distribuição dessa carga de trabalho doméstico entre as mulheres da família, de diferentes idades, envolvendo-as desde muito cedo, e do ciclo que se repete através das gerações.

Eu tive que assumir parcialmente o papel dela [da mãe] dentro de casa, ajudando na arrumação da casa, alimentar meus irmãos, ir para escola e cuidar das questões de escola deles e minha, entendeu? Eu estudava à tarde. Colocava meu irmão à tarde na escola, minha avó cuidava do menorzinho, que era o nenezinho, para mim ir para escola, e aí quando eu chegava, ajudava, pegava ele de novo na escola, cuidava deles e era assim uma agitação. Às vezes eu nem conseguia fazer minhas tarefas escolares por causa disso, aí minha mãe chegava nervosa porque não era isso que ela queria e descontava em mim. [...] Mas, enfim, hoje eu entendo ela e eu passo pela mesma situação. Mas apesar que eu tenho ela para me ajudar agora. Eu também... Eu tenho filho e não tenho ajuda do pai do meu filho e ela me ajuda, então eu... Meio que foi a mesma história. (Joana, 29 anos, branca, um filho de 6 anos, cursando o ES depois de um período de interrupção do EM, concluído por meio de EJA.)

Como os jovens enfrentam as dificuldades colocadas pela sobreposição de atividades que ocupam, com diferentes elementos e intensidades, suas vidas? Com que suportes contam para isso?

Quando o trabalho se mostra um impeditivo para a continuidade dos estudos, alguns conseguem recuar na decisão de inserção, buscando ter mais tempo para dedicar-se aos estudos. Entre nossos entrevistados adolescentes, encontramos dois que tomaram essa decisão, ambos apoiados por organizações sociais. É o caso de Leopoldo, que saiu da lavanderia onde trabalhava e abriu mão de uma vaga de aprendiz em um banco para terminar um curso de marcenaria em um projeto de uma ONG (no qual ele recebe uma ajuda de custo). E o de Pepe, que, cursando o 3º ano do ensino médio e, aos sábados, um pré-vestibular gratuito mantido por alunos da USP, permanece desempregado, pois não encontra um trabalho que possa conciliar com essas jornadas escolares: “Em todos os lugares que eu fui até agora, eles pediam pra trabalhar no sábado, e a jornada durante o dia é muito longa” (Pepe, 18 anos, pardo).

Contudo, nem todos podem abrir mão da renda do trabalho; nesse sentido, uma busca que parece crescente é a de uma inserção mais protegida, como aquela oferecida por estágios e contratos de aprendi-

zagem. Entre nossos entrevistados, quatro viveram a experiência de iniciação no mundo do trabalho através do contrato de aprendizagem, e outros três a estão buscando.

Aqui, ressalta-se a carência de políticas públicas que possibilitem aos jovens manter-se fora do mundo do trabalho ou exercê-lo em condições “decentes” (no sentido da Agenda Nacional do Trabalho Decente para a Juventude), de modo que sejam conciliáveis com os estudos e a vida familiar. Não só há insuficiência de vagas de aprendizagem, mas falta fiscalização do trabalho juvenil, para impedir jornadas intensivas que invadam as escolares e o não cumprimento das dispensas para a realização de provas escolares, além de inexistir uma política de combate à informalidade (Corrochano; Abramo; Abramo, 2017).

Percebemos nas entrevistas que os jovens têm consciência das dificuldades que enfrentam na sua educação, inclusive os de qualidade do ensino, produzidas pelos percalços em suas trajetórias, assim como pela situação geral do sistema público de ensino, que é onde, com raras exceções, desenvolvem suas trajetórias de educação básica.⁶ Têm também consciência de que essas dificuldades estão ligadas às desigualdades sociais, raciais e territoriais que estruturam sua vida e a de seus pares.

Vemos entre nossos entrevistados que muitos deles utilizam também uma série de estratégias para buscar elevar a qualidade de sua formação, principalmente no ensino médio. Ainda que alguns almejem ou tentem a inserção em uma escola privada, o recurso mais valorizado parece ser o acesso a uma escola pública de qualidade. As Escolas Técnicas Estaduais (Etecs) e os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (Ifes) aparecem como grandes recursos nesse sentido, seja pelo oferecimento de uma alternativa de qualificação profissional técnica, seja pela possibilidade de preparo para um melhor desempenho no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), abrindo uma maior chance de acesso às universidades públicas.

DEPOIS DO ENSINO MÉDIO: TRABALHO E FORMAÇÃO

A continuidade dos estudos com o ingresso no nível superior é projeto amplamente disseminado entre os jovens dessa geração, inclusive para aqueles pertencentes às camadas de baixa renda. A complexidade dos desafios vividos nesse momento específico da trajetória foi objeto de estudo de Santos (2018), que evidencia que a conclusão do ensino médio, para quem logra realizá-la, é marcada pela busca de novos domínios de inserção, tanto no campo da educação quanto nos do trabalho e das relações familiares.

Os relatos de nossos entrevistados deixam perceber a existência de um senso partilhado de que a obrigação dos pais é apoiar os estudos de seus filhos até o fim do ensino médio. A partir daí, porém, os cur-

[6] Há um consenso, na literatura, de que a expansão da oferta pública e gratuita da educação básica no Brasil realizou-se a partir de um regime precário, que ampliou o acesso de segmentos outrora excluídos da possibilidade de escolarização, mas sem recursos materiais e humanos suficientes para acolhê-los (Beisiegel, 2006).

sos profissionalizantes, ou o ensino superior, devem ser conquistados (bancados) pelos próprios jovens; essa etapa tem de ser um projeto deles mesmos. A efetivação desse projeto é difícil e exige a elaboração de diversas estratégias, que requerem, muitas vezes, um intervalo de tempo longe dos estudos para um reparo ou acúmulo de forças e recursos.

Esse momento aparece como uma zona cinzenta, na qual os jovens sentem dificuldade de situar e negociar sua situação, como se pode ver no relato a seguir.

Na verdade, a minha mãe falou que estava na hora de eu trabalhar. E tinha 18 anos. Porque, assim, eu saí do técnico e comecei a fazer o cursinho para o vestibular, aí eu não passei e fiquei mais um ano só fazendo o cursinho. Aí a minha mãe falou “filha, agora você tem que trabalhar, não está dando mais”, porque aí eu já não estava mais fazendo o colégio, e nem trabalhando, nem faculdade. (Gisele, 20 anos, negra, cursando ES.)

Às vezes, os jovens sentem dificuldade de explicar ou justificar aos pais ou aos patrões seus planos — por exemplo, a importância de estudos preparatórios para a obtenção de boas notas no Enem ou em vestibulares que dão acesso a universidades públicas, as mais desejadas.

Eu tinha que arranjar um meio que eu entrasse numa boa faculdade sem ter que pagar nenhuma taxa por isso, sem ter que pagar nenhuma taxa de matrícula e os quatro anos durante a universidade. Então essa foi a parte mais, digamos, assim, mais difícil de ter que explicar pro meu pai que eu ia ter que talvez ficar um a dois anos no cursinho pra mim poder ingressar na universidade pública. Então, sei lá, eu fiquei por volta de mais ou menos um mês discutindo com ele essa questão, até que ele finalmente aceitou, ele compreendeu os termos. (Marcio, 20 anos, pardo, cursando ES.)

Se a família não pode sustentar o adiamento da entrada no mercado de trabalho de quem aspira a entrar na faculdade, cabe encontrar um trabalho que propicie ao jovem ao mesmo tempo uma renda significativa e tempo disponível para estudar. Nada fácil, como mostra o depoimento a seguir.

Depois que eu terminei o ensino médio, fui fazer cursinho e eu trabalhei numa loja como vendedora, mas eu não estava conseguindo conciliar o cursinho com o trabalho na loja. Era o dia todo na loja e eu fazia cursinho à noite. Aí peguei, larguei mão do trabalho na loja, fiquei uns quatro meses só na loja; e aí eu fui olhar um bebê, uma criança, ficava só de manhã com ele e aí eu estudava à noite. Porque daí eu conseguia estudar mais para o vestibular, pra poder passar. (Paulina, 26 anos, branca, fazendo pós-graduação e trabalhando em projeto de pesquisa acadêmica.)

Quem não pode desistir de trabalhar nem adequar o trabalho para abrir espaço ao estudo acaba fazendo adequações nos seus projetos de formação. Isso também ocorre com a tripla sobreposição, como no caso de uma de nossas entrevistadas, que se tornou mãe aos 18 anos. Ela conseguiu tanto concluir o ensino médio naquele mesmo ano como voltar a trabalhar três meses depois do nascimento do bebê. Não abandonou a expectativa de entrar em uma faculdade, mas mudou a escolha da área para uma que considera mais adequada à sua condição de mãe:

Antes eu queria fazer Direito. Quando eu engravidei, comecei a mudar de cabeça, a ficar um pouco sem paciência em questão de ler e, se eu fosse fazer Direito, eu queria entrar em uma faculdade pública ou federal, com a minha filha não dá para fazer isso, porque ela ia ter que ficar com alguém, eu priorizo a minha filha. E aí eu comecei a me identificar um pouco mais como publicitária, então decidi fazer Publicidade. (Laura, 18 anos, branca, uma filha de 1 ano, mora com o pai e o irmão.)

As entrevistas e os relatos dos jovens deixam entrever como esse período entre o ensino médio e o ensino superior é crucial para a construção de suas estratégias de futuro. Contudo, é também aquele em que têm menos apoio, seja por parte da família, seja por parte das políticas públicas. Ademais, essa experiência não tem lastro em repertório familiar (na maior parte das vezes, são os primeiros da família a chegar a essa etapa do percurso), o conhecimento e o acesso aos recursos existentes ainda são mal distribuídos, as consequências das escolhas ainda não são claras. Com tão escasso suporte material e cultural, os jovens têm de dar conta de recolher informações e colocar em uma equação a preparação para o Enem e a realização dele, a frequência a cursinhos pré-vestibulares, destacando-se os cursinhos populares, o acesso aos mecanismos de chegada ao ensino superior, além de encontrar um trabalho que alavanque, em vez de obliterar, sua capacidade de estudo.

TRABALHO JUVENIL NO ENSINO SUPERIOR

Como vimos, nesse segmento social a formação em nível superior se torna possível, na maior parte das vezes, pela combinação entre trabalho e estudo: os jovens desenvolvem a estratégia de trabalhar para continuar estudando, pois não podem pedir a seus pais que os mantenham nessa fase da vida ou não se sentem confortáveis com isso. A conciliação, assim, é buscada, planejada.

Vários jovens citam conhecer os mecanismos existentes de acesso ao ensino superior, como o Enem, o Sistema de Seleção Unificada

(SiSU), o Programa Universidade para Todos (ProUni) e o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies). Muitos relatam que só conseguem ou conseguiram fazer faculdade contando com algum desses recursos, a despeito dos limites deles, conforme evidenciado por outras pesquisas (Almeida, 2014). A existência desses suportes sustenta a aspiração e o acesso à faculdade, mas não é suficiente para que os jovens desses estratos sociais se mantenham fora do mercado de trabalho. Na verdade, entre todos os nossos entrevistados, apenas três (todas moças, uma branca, uma parda e outra negra) se dedicam ou se dedicaram somente aos estudos nessa etapa de formação. Todos os outros jovens que fazem ou fizeram ensino superior trabalham ou trabalharam, pelo menos quando puderam, ou seja, quando não ficaram desempregados.

Às vezes, o início do trabalho coincide com o início do curso superior. É o caso de Julia, de 19 anos, branca, que cursa Mecatrônica em uma universidade privada (com bolsa do ProUni) e trabalha como aprendiz na área administrativa de uma clínica. Ou o de Marcio, de 20 anos, pardo, que começou a trabalhar como autônomo (revenda de produtos de estética) depois que entrou em uma faculdade de moda e design, também com bolsa do ProUni.

Na maior parte das vezes, porém, começa-se por arrumar um trabalho, enquanto se prepara e se articula a entrada em uma faculdade. Esse foi o caminho de Talita, branca, que começou a trabalhar em uma empresa de *call center* aos 17 anos, assim que terminou o ensino médio, e agora faz faculdade de Educação Física à noite, continuando a trabalhar durante o dia. Ela paga a faculdade por meio do Fies, mas precisa da renda do trabalho para cobrir seus gastos; aliás, aponta que anda insatisfeita com o emprego justamente porque, desde que começou os estudos no ensino superior, seus gastos aumentaram, mas o salário não (“porque hoje eu estudo, eu preciso comer, tem muitas coisas; são os gastos no cartão; o que eu gastava há três anos, hoje eu gasto bem mais”). Ela nos conta que gostaria de sair desse emprego, mas vai aguentar até estar perto da conclusão do curso, quando tiver de fazer estágio, para depois procurar um emprego em sua área de formação (Talita, 20 anos, branca, mora com pais e irmãos).

Assim como nas etapas anteriores, essa sobreposição cobra um preço. Miguel acusa o cansaço produzido pelo acúmulo das duas atividades, ainda que no interior de uma fala que minimiza as consequências disso:

Não [atrapalhava]. Chega ser um pouco cansativo no começo, porque você trabalha de manhã e chega a tarde e tem que estudar. Mas com o tempo você se acostuma e arranja tempo pra isso. Então, assim, quando eu trabalhava na [loja], nos momentos vagos, eu estudava pra conseguir algo

no futuro, que é game designer, então eu estudava programação. O que fica mais difícil seria os estudos, porque o trabalho você se acostuma com ele e acaba virando rotina. Então virando rotina é uma coisa que você faz até de olho fechado, agora os estudos não, o estudo você está sempre aprendendo alguma coisa a mais, às vezes você está aprendendo e chega uma barreira, você não sabe o que é, o que faz, e você descobre depois. (Miguel, 26, branco, ES completo, no momento da entrevista desempregado e trabalhando como freelancer.)

Às vezes, a sobreposição fica inconciliável, como aconteceu com Gisele, que nos conta que abandonou o trabalho quando iniciou um curso superior privado de tempo integral (Psicologia). Ela esclarece, contudo, que só pôde fazer isso porque é atendida por dois programas públicos (o ProUni, que a dispensa das mensalidades, e a Bolsa de Iniciação Científica, que lhe dá algum dinheiro), além do apoio e suporte da família, pois vive com a mãe e recebe uma pequena ajuda financeira do pai.

Eu trabalhei e estudei no primeiro semestre do ano passado. Foi muito difícil. Eu tinha começado a trabalhar em janeiro, aí eu passei pra universidade. Então eu já trabalhava há um tempo, e eu trabalhava de manhã, oito horas de trabalho. E aqui o estudo é integral. Então eu até achei que eles iam me demitir, porque não dava e tal, eu ia pedir demissão. Aí eles resolveram flexionar o meu horário, aí eu comecei a trabalhar da tarde pra de noite. Eles foram muito legais comigo. Então eu saía daqui [da universidade] entre três e quatro horas da tarde, e ia direto pra lá, e de lá eu saía às dez e meia, onze da noite. Aí era difícil porque eu chegava em casa meia-noite [...] e tinha dias que eu tinha que acordar quatro e meia da manhã [...]. Eu tentava estudar nos finais de semana, no trem, ônibus, até mesmo no trabalho. Mas estava ficando muito cansativo e eu estava achando que não ia dar mesmo [...]. Aí eu desisti de trabalhar, porque não dava para conciliar os horários. (Gisele, 20 anos, negra.)

Vemos assim que, mesmo que seja buscada e planejada, a combinação entre trabalho e ensino superior não é facilmente vivida. Dependendo do tipo de trabalho e do curso seguido pode se mostrar mais ou menos ajustável. Isso vai depender da natureza do trabalho, da relação com a área de estudo e das condições e jornadas tanto de trabalho como do curso, além do tempo gasto e do desgaste provocado pelos deslocamentos de uma atividade a outra e destas ao local de moradia, raras vezes próximos um ao outro.

Evidentemente, as dificuldades aumentam se os jovens têm maiores responsabilidades familiares, e nisso a necessidade de cuidar dos filhos sobressai, impactando tanto a própria possibilidade

de estudar como a escolha do curso. A dificuldade para acompanhar cursos de período integral, ou que exigem muita dedicação aos estudos ou estágios obrigatórios, é ainda maior para as jovens mães que enfrentam duplas ou triplas jornadas. A enorme carência de estruturas de apoio e suporte público para essa esfera de cuidados, dentro e fora das escolas, agrava a situação dessas jovens estudantes; não por acaso, creches e escolas de período integral aparecem como forte demanda, o que mostra que as políticas de assistência social não estão ausentes da agenda da juventude.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procuramos demonstrar que a situação de combinação entre estudo e trabalho é bastante presente na vida dos jovens das camadas populares, e que ela pode ocorrer em diferentes momentos de suas trajetórias. Se vários estudos têm enfatizado a importância de romper com um olhar linear para os percursos juvenis e a necessidade de considerar as combinações entre vida familiar, vida escolar e vida profissional na análise dos trajetos (Pais, 2001; Guimarães; Marteleto; Brito, 2018; Miranda; Corica, 2018), os dados aqui apresentados não apenas confirmam essa necessidade como evidenciam a complexidade dessas combinações, especialmente diante das mutações sociais presentes na sociedade brasileira desde meados dos anos 2000.

Combinar trabalho e estudos é uma situação quase inevitável para os jovens acima dos 20 anos de idade que procuram a continuidade de sua formação educacional. Trata-se de uma situação que se impõe a partir do término da educação básica e como estratégia para acessar o ensino superior. A ocorrência ainda durante a adolescência tem motivações, significados e consequências muito diferentes, conforme seja antes ou depois dos 16 anos de idade e durante ou após o término da educação básica. O olhar para essas combinações ao longo das trajetórias e em diferentes etapas da escolarização também permitiu perceber que, mais que inseridos em uma categoria de “estudantes trabalhadores” ou de “trabalhadores estudantes” (Franzói *et al.*, 2019), esses jovens vivenciam situações de trabalhar e estudar simultaneamente que não seguem um padrão linear.

As dificuldades decorrentes da sobreposição e as possibilidades de conciliação variam sobretudo em função das condições do trabalho exercido (jornada, intensidade, precariedade) e das demais tarefas pelas quais o jovem se responsabiliza no âmbito familiar, sobretudo o cuidado com membros vulneráveis (filhos, mas também irmãos menores ou pessoas doentes ou idosas). Nesse sentido, manifesta-se fortemente a desigualdade de gênero, trazendo para as jovens mulheres, desde muito cedo, a possibilidade de experimentar a situação de tripla

jornada e obrigando muitas delas a participar, com as outras figuras femininas da família, da estruturação de uma espécie de rodízio intergeracional entre estudo, trabalho remunerado e tarefas domésticas. Além das condições de trabalho, a natureza da experiência escolar, suas regras e seu posicionamento também compõem as dificuldades e possibilidades para que a combinação seja ou não conciliável.

Importa observar que essas sobrecargas, apesar de imporem inúmeras dificuldades e obstáculos algumas vezes bastante sérios ao desenvolvimento escolar e à qualidade de vida dos jovens, não obliteram as expectativas e os projetos de continuidade dos estudos até níveis mais altos, nem de aspiração a uma inserção digna e ativa no mundo do trabalho: todos sonham, apostam e se empenham em estratégias para construir uma inserção qualificada, condizente com a formação que pretendem alcançar, com salários melhores e que lhes permitam uma vida digna. Pode-se dizer, à semelhança de outros estudos (Tartuce, 2010; Santos, 2018), que o maior acesso à formação escolar, inclusive em nível superior, parece ter contribuído para expectativas mais positivas em relação ao futuro. Esse cenário também pode modificar-se diante do contexto de profunda crise social, econômica, política e sanitária que estamos vivendo no momento em que escrevemos este artigo.

Buscamos identificar também a presença das políticas públicas na vida desses jovens e percebemos que todos fazem uso e se beneficiam em alguma medida, e a despeito dos limites, de serviços, benefícios ou programas, principalmente na área da educação. Por outro lado, observa-se a insuficiência de políticas e medidas legais que incidam sobre a oferta de trabalho protegido, conforme apontam estudos recentes (Corrochano; Abramo; Abramo, 2017; Tommasi; Corrochano, 2020), em especial aquelas que propiciem a conciliação com os estudos.

Para além disso, revelam a enorme carência de políticas de cuidados que ofereçam suportes para que as jovens com obrigações familiares possam garantir sua inclusão educacional e laboral. Nota-se que seus percursos educacionais e de trabalho sofrem interferência da presença e da ausência de tais programas. É possível mesmo dizer que as trajetórias desses jovens refletem os avanços, assim como os dilemas, proporcionados pelas políticas públicas desenvolvidas no último período, que caracterizaram o contexto no qual cresceram e processaram seus percursos de formação e inserção laboral.

HELENA WENDEL ABRAMO [<https://orcid.org/0000-0001-5669-5946>] é mestre em sociologia pela Universidade de São Paulo (USP) e socióloga da Secretaria de Cultura do Município de São Paulo. Foi corresponsável pelos argumentos principais e pela redação do artigo.

GUSTAVO VENTURI [<https://orcid.org/0000-0003-4751-4845>] é doutor em ciência política pela Universidade de São Paulo (USP) e professor do Programa de Pós-Graduação e do departa-

Recebido para publicação
em 1º de junho de 2020.

Aprovado para publicação
em 21 de setembro de 2020.

NOVOS ESTUDOS

CEBRAP

118, set.–dez. 2020

pp. 523-542

mento de sociologia da mesma universidade. Foi corresponsável pelos argumentos principais e pela redação do artigo.

MARIA CARLA CORROCHANO [<https://orcid.org/0000-0001-8030-6461>] é cientista social e doutora em educação pela Universidade de São Paulo, professora do departamento de ciências humanas e educação e dos programas de pós-graduação em Educação e em Estudos da Condição Humana da Universidade Federal de São Carlos — Campus Sorocaba (UFSCar). Foi corresponsável pelos argumentos principais e pela redação do artigo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abramo, Helena Wendel. “Identidades juvenis: estudo, trabalho e conjugalidade em trajetórias reversíveis”. In: Novaes, Regina *et al.* (orgs.). *Agenda Juventude Brasil: leituras sobre uma década de mudanças*. Rio de Janeiro: Unirio, 2016, pp. 19-61.
- Almeida, Wilson Mesquita. *ProUni e o ensino superior privado lucrativo em São Paulo: uma análise sociológica*. São Paulo: Musa, 2014.
- Artes, Amélia Cristina Abreu; Carvalho, Marília Pinto de. “O trabalho como fator determinante da defasagem escolar dos meninos no Brasil: mito ou realidade?”. *Cadernos Pagu*, São Paulo, n. 34, pp. 41-74, jun. 2010.
- Beisiegel, Celso de Rui. *Qualidade do ensino na escola pública*. Brasília: Liber Livros, 2006.
- Camarano, Ana Amélia (org.). *Transição para a vida adulta ou vida adulta em transição?* Rio de Janeiro: Ipea, 2006.
- Comin, Alvaro Augusto; Barbosa, Rogério Jerônimo. “Trabalhar para estudar: sobre a pertinência da noção de transição escola-trabalho no Brasil”. *Novos Estudos CebRAP*, n. 91, nov. 2011, pp. 75-95.
- Corrochano, Maria Carla. *O trabalho e a sua ausência: narrativas juvenis na metrópole*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2012.
- _____; Nakano, Marilena C. “Jovens, mundo do trabalho e escola”. In: Sposito, Marília Pontes (org.). *Juventude e escolarização (1980-1998)*. Brasília: MEC/Inep/Comped, 2002, pp. 95-134.
- _____; Abramo, Helena Wendel; Abramo, Laís. “O trabalho juvenil na agenda pública brasileira: avanços, tensões, limites”. *Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo*, v. 22, n. 35, 2017, pp. 135-69.
- Franzói, Naira Lisboa *et al.* “O estudante trabalhador na escola pública: um direito negado?”. *Arquivos Analíticos de Políticas Educativas*, v. 27, n. 136, out. 2019, pp. 1-23.
- Guimarães, Nadya Araujo; Marteleto, Leticia A.; Brito, Murillo Marschner Alves de. *Transições e trajetórias juvenis no mercado brasileiro de trabalho: padrões e determinantes*. Brasília: OIT, 2016.
- _____; Vieira, Priscila Pereira Faria. “As ‘ajudas’: o cuidado que não diz seu nome”. *Estudos Avançados*, n. 34, n. 98, 2020, pp. 7-23.
- Lima, Márcia Regina de; Prates, Ian. “Desigualdades raciais no Brasil: um desafio persistente”. In: Arretche, Marta (org.). *Trajetórias das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos*. São Paulo: Editora Unesp/CEM, 2015, pp. 163-92.
- Madeira, Felícia Reicher. “Os jovens e as mudanças estruturais na década de 70: questionando pressupostos e sugerindo pistas”. *Cadernos de Pesquisa*, n. 58, 1986, pp. 15-48.

- Miranda, Ana; Corica, Augustina María. “Gramáticas de la juventud”. In: ____; ____; Freytes Frey, Ada (orgs.). *Entre la educación y el trabajo: la construcción cotidiana de las desigualdades juveniles en América Latina*. Buenos Aires: Clacso, 2018, pp. 27-50.
- Niquini, Roberta Pereira *et al.* “Características do trabalho de estudantes universitários associadas ao seu desempenho acadêmico”. *Educação em Revista*, v. 31, n. 1, 2015, pp. 359-81.
- Pais, José Machado. “A construção sociológica da juventude: alguns contributos”. *Análise Social*, v. XXV, n. 105-106, 1990, pp. 139-65.
- ____. *Ganhos, tachos e biscoites: jovens, trabalho e futuro*. Lisboa: Ambar, 2001.
- Peregrino, Mônica Dias. “Os estudos sobre jovens na intersecção da escola com o mundo do trabalho”. In: Sposito, Marília Pontes (org.). *O estado da arte sobre juventude na pós-graduação brasileira: educação, ciências sociais e serviço social (1999-2006)*, v. 2. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009, pp. 87-120.
- PNUD. *Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável*. Brasília: ONU, 2015. Disponível em: <https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/post-2015.html>. Acesso em 20/3/2020.
- Santos, Raquel Souza dos. *E depois da escola? Desafios de jovens egressos do ensino médio público na cidade de São Paulo*. Tese (doutorado em educação) — FE-USP, São Paulo, 2018.
- Sposito, Marília Pontes; Santos, Raquel Souza dos; Silva, Fernanda Arantes e. “A pesquisa sobre jovens no Brasil: traçando novos desafios a partir de dados quantitativos”. *Educação e Pesquisa*, v. 44, 2018, pp. 1-24.
- Tartuce, Gisela Lobo B. P. *Jovens na transição escola-trabalho: tensões e intenções*. São Paulo: Annablume, 2010.
- Tommasi, Livia de; Corrochano, Maria Carla. “Do qualificar ao empreender: políticas de trabalho para jovens no Brasil”. *Estudos Avançados*, n. 34, v. 99, 2020, pp. 353-71.
- Van de Velde, Cécile. *Devenir adulte: sociologie comparée de la jeunesse en Europe*. Tese (doutorado em sociologia) — Institute d’Études Politiques de Paris, Paris, 2004.
- Vargas, Hustana Maria; Paula, Maria de Fátima Costa de. “A inclusão do estudante-trabalhador e do trabalhador-estudante na educação superior: desafio público a ser enfrentado”. *Avaliação*, v. 18, n. 2, 2013, pp. 459-85.
- Venturi, Gustavo; Torini, Danilo. *Transições da escola para o trabalho dos jovens homens e mulheres no Brasil*. Genebra: OIT, 2014.



